



Proc. Administrativo 16- 689/2023

De: Alexandre J. - PGM-DCJ

Para: SF-DCL - Departamento de Compras e Licitações - A/C Daniela D.

Data: 09/11/2023 às 14:09:52

Setores envolvidos:

GP, PGM-DCJ, SF, SF-DGC, SF-DCL, SAS, SAS-DSA-CRAS

Pregão 88-2023 - Processo 227-2023 - Oficinas CRAS

Segue anexo.

—
Alexandre Vanin Justo
ADVOGADO OAB/PR 45.942

Anexos:

Parecer_Juridico_Recursos_Pregao_88_2023.pdf



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
Estado do Paraná
Procuradoria Geral do Município

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2023 M.C.A

OBJETO DA LICITAÇÃO: *Contratação de empresa para execução de serviços profissionais de instrutores de oficinas de artes visuais, manuais e recreação, Artesanato, Arte Circense, Oficina de Artes Marciais e Oficina de Teatro, Oficina de Yoga e Oficina de Doces básicos para festa, para o desenvolvimento de oficina no CRAS, pelo período de 12 meses,*

RECURSO ADMINISTRATIVO. PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 88/2023. LEI Nº 8.666/93.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL.
EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. INADMISSIBILIDADE.
DECISÃO QUE DEVE SER MANTIDA INCÓLUME.

I – RETROSPECTO.

Trata-se de pedido para análise e manifestação, referente aos Recursos Administrativos interposto pela empresa I.P. CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA, em face da decisão da Comissão Permanente de Licitação que habilitou a empresa COSTA NEVES INTERNACIONAL LTDA que foi vencedora do lote nº 02, que habilitou a empresa ETHERIUM ESÁÇO TERAPEUTICO LTDA que foi vencedora do lote nº 05, que habilitou a empresa MGP SOLUÇÕES LTDA que foi vencedora do lote nº 06, pois as empresas Recorridas não teriam atendido os termos do edital, especificamente, item 2.5.

As empresas recorridas, devidamente intimadas, não apresentaram contrarrazões.



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
Estado do Paraná
Procuradoria Geral do Município

Após manifestação da área técnica, o Pregoeiro encaminhou os autos a esta Procuradoria para análise jurídica.

É o relatório.

II – PRELIMARMENTE.

Inicialmente, cumpre destacar que a presente manifestação expressa posição meramente opinativa sobre a impugnação em tela, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnico-jurídica que se restringe à análise dos aspectos da legalidade disciplinados pela Lei nº 8.666/93, bem como pelos demais preceitos legais contidos em nosso estuário jurídico, aferição que, inclusive, não abrange o conteúdo de escolhas gerenciais específicas ou mesmo elementos que fundamentaram a decisão contratual do administrador, em seu âmbito discricionário.

Nota-se que em momento algum, se está fazendo qualquer juízo de valor quanto às razões elencadas pelo servidor que praticou o ato para justificar os aditivos, até porque tal questão está afeta ao mérito administrativo, sobre o qual somente este tem ingerência.

A análise aduzida neste parecer, cinge-se à obediência dos requisitos legais para a prática do ato em questão, isto é, se o mesmo detém as formalidades prescritas ou não defesas em lei, para que os trâmites afetos ao rito licitatório tenham validade e eficácia.



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
Estado do Paraná
Procuradoria Geral do Município

Passamos, após tais considerações, à análise jurídica da impugnação apresentada.

III- DA TEMPESTIVIDADE.

Ressalta-se que o recurso objeto desta análise é tempestivo, estando, portanto, em consonância com a Lei Federal Nº 8.666/93 e demais alterações posteriores. Sendo inequívoca a sua tempestividade.

III - DA ANÁLISE JURÍDICA

Compulsando os autos, verifica-se que as questões pertinentes aos Recursos corresponde ao **item 2.5 do Edital, Anexo 3**. Vejamos:

2.5. Documentos relativos à qualificação técnica

2.5.1 – Declaração indicando o profissional com formação e experiência e/ou qualificação comprovada na área do objeto de cada lote; responsável pela execução dos serviços, contendo: nome do profissional, RG, CPF do profissional, certificado ou currículo que comprove a qualificação do profissional. Obs. Anexar cópia do certificado de formação ou currículo que comprove a qualificação do profissional indicado;

2.5.2 -Comprovação de vínculo entre a empresa e o profissional indicado, o profissional técnico deverá ter vínculo com a empresa podendo ser por: como sócio ou proprietário da empresa, registro de trabalhador ou contrato de prestação dos serviços; O profissional indicado deverá ser identificado e qualificado, anexando certificado ou currículo que comprove a qualificação.

2.5.2.1-Caso não possua profissional qualificado vinculado a empresa no momento da licitação, deverá apresentar declaração indicando o profissional que será contratado em sendo vencedor, a ser comprovado no momento da assinatura do contrato. A declaração deverá ter a identificação e qualificação técnica do profissional indicado, anexando certificado ou currículo que comprove a qualificação.



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
Estado do Paraná
Procuradoria Geral do Município

Em análise preliminar dos recursos apresentados, o Senhor Pregoeiro entendeu pela admissibilidade dos recursos, opinando pela inabilitação dos vencedores dos lotes, por entender que estes não atenderem os termos do edital, haja vista que não restaram demonstrados a comprovação de qualificação técnica nos termos do item 2.5, anexo 03 do Edital.

Neste interim, destaca-se que a Lei das Licitações além de estabelecer as normas para contratação de bens e serviços, indica as regras que necessariamente devem constar no documento, referentes ao objeto contratado. A despeito do tema, leciona o doutrinador ***José dos Santos Carvalho Filho***:

Deve o administrador, ao confeccionar o edital, levar em conta o real objetivo e a maior segurança para a Administração, já que é a verdadeira mens legis. (*Manual de Direito Administrativo, 23ª ed., Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2010, p. 310/311*).

O agente público na prática de seus atos está obrigado a observar alguns princípios insertos no ordenamento jurídico, dentre os quais se encontra o **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório**, que é corolário ao **Princípio da Legalidade**, sendo certamente a diretriz basilar da conduta dos agentes da Administração.

Cabe asseverar, que as regras previstas na sistemática adotada pela Lei nº 8.666/93, na etapa de habilitação, entre outros aspectos, a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se **dispõem de conhecimento, experiência e aparelhamentos técnico e humano suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado**.

Para isso, a Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a **comprovação da capacitação técnico-operacional**, nos termos de seu art. 30, inc. II, e a **comprovação da capacitação técnico-profissional**, de acordo com seu art. 30, § 1º, inc. I e § 5º.



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
Estado do Paraná
Procuradoria Geral do Município

No primeiro caso (capacitação técnico-operacional), a experiência a ser verificada é a da pessoa licitante, devendo comprovar, enquanto organização empresarial, sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Quanto à capacitação técnico-profissional, o foco da exigência é a demonstração da experiência do profissional indicado pelo licitante para atuar como seu responsável técnico. Este atestado comprova que a empresa possui os requisitos necessários para executar com satisfação o objeto indicado no edital, afastando empresas inexperientes e empresas com histórico de negligenciar o que foi acordado em contratos anteriores.

Dessa forma, o edital pode exigir do interessado um atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Entretanto, será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados referentes a bens, obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente.

Ademais, no que tange ao procedimento do Pregão Eletrônico, o art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/2002, determina que:

“aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;”



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
Estado do Paraná
Procuradoria Geral do Município

Por conseguinte, aberta a sessão pública na fase externa do pregão eletrônico os interessados devem declarar que estão cientes de que cumprem todos os requisitos da habilitação exigidos no edital. Com isso, cabe sopesar que as empresas antes de solicitar a habilitação no processo licitatório deveriam impugnar os itens do edital no momento de sua publicação, anuindo, assim, com as exigências legais constantes no edital e declarando-se ciente de cumprir todos os requisitos da habilitação exigidos no edital.

Desta feita, com fundamento no princípio do julgamento objetivo, o qual é corolário do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, já que a análise dos documentos se deu com base em critérios indicados no Edital, esta Assessoria Jurídica mantém o posicionamento da CPL, pela INABILITAÇÃO das recorridas COSTA NEVES INTERNACIONAL LTDA que foi vencedora do lote nº 02, ETHERIUM ESÁÇO TERAPEUTICO LTDA que foi vencedora do lote nº 05 e empresa MGP SOLUÇÕES LTDA vencedora do lote nº 06.

IV – CONCLUSÃO.

Diante do exposto, com fundamentos nos Princípios da Legalidade e Vinculação ao Instrumento Convocatório, **OPINA-SE** que esta CPL **reconheça o recurso** interposto pela empresa I.P. CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA, para no mérito, **DAR PROVIMENTO**, uma vez que, as empresas ora recorridas não atenderam os termos do edital.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Céu Azul, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE VANIN JUSTO
PROCURADOR - OAB/PR Nº 45.942
MATRÍCULA Nº 2380-9

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426 – Centro – CEP 85840-000 – Céu Azul – PR
3266-1122 Fax 3266-1755

Fone (45)



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 85AC-7B73-8451-8B44

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALEXANDRE VANIN JUSTO (CPF 019.XXX.XXX-21) em 09/11/2023 14:10:27 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ceuazul.1doc.com.br/verificacao/85AC-7B73-8451-8B44>